

Crise chega aos institutos de pesquisa

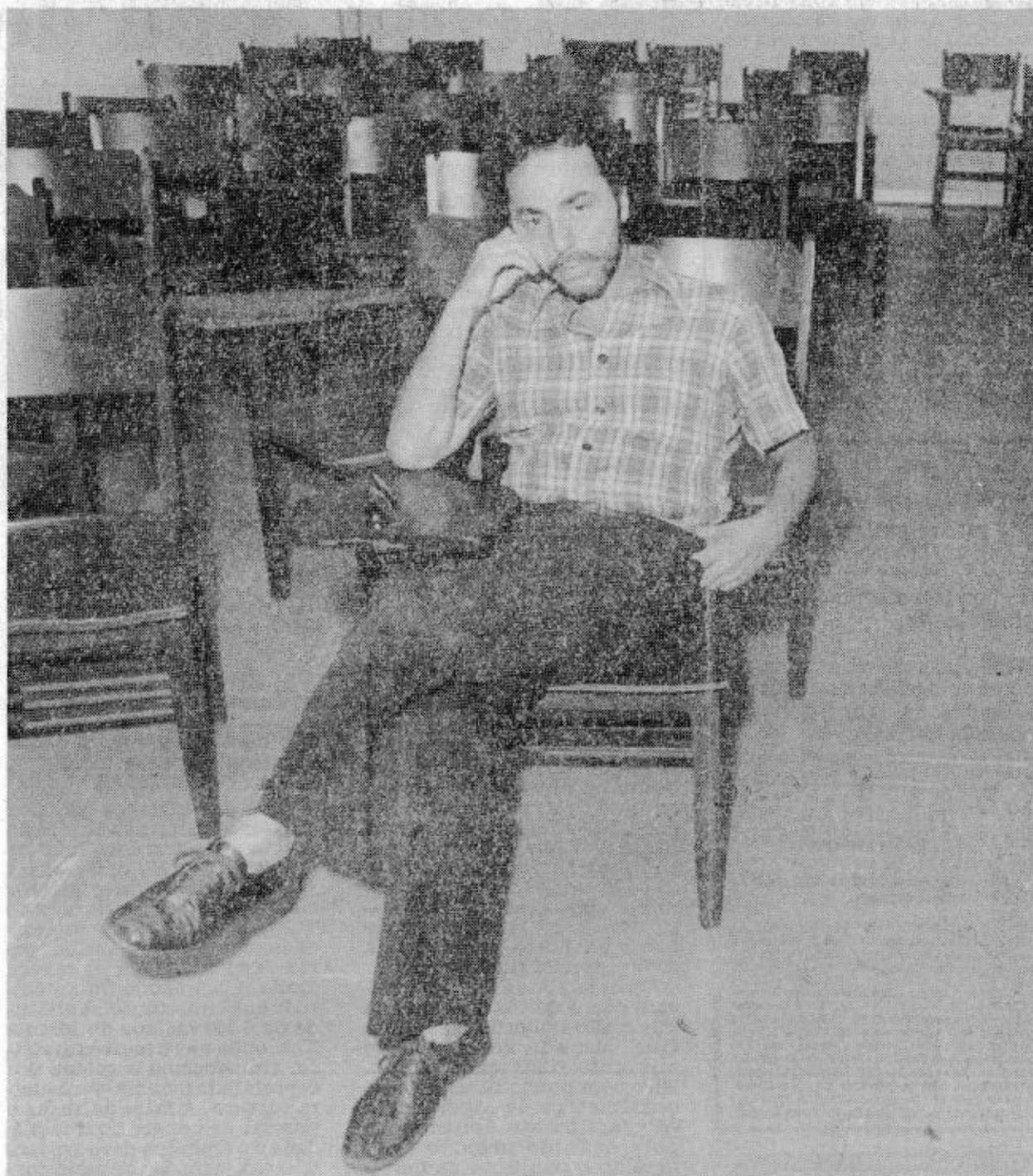
Centros de ciências humanas convivem com a falta de verbas para pesquisa

LINA DE ALBUQUERQUE

Os quatro mais importantes centros autônomos de pesquisas em ciências humanas do Brasil — Centro Brasileiro de Análises e Planejamento (Cebap), Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (Idesp), Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec) e Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj) — enfrentam uma das maiores crises de sua história. Os principais focos de problemas, que ao longo deste ano deixaram os institutos à beira de um colapso e comprometeram o andamento de suas pesquisas, têm origens dentro e fora do País.

Os institutos não fecharam, mas se viram obrigados a verdadeiros malabarismos para driblar a crise. Essa atitude implicou num encolhimento do número de pesquisas. O Idesp desativou uma equipe inteira de estudiosos da História das Ciências Sociais e os seus 30 pesquisadores estão sem receber há três meses. Os 15 pesquisadores do Cedec, por sua vez, estão com os salários congelados desde o Plano Collor. No Cebap, a situação não é diferente: o seu corpo administrativo, de 28 funcionários, foi reduzido pela metade. "Infelizmente não temos outra alternativa senão diminuir o ritmo das pesquisas", lamenta a cientista política Maria Regina Soares de Lima, diretora do Iuperj, um núcleo de 18 pesquisadores criado em 1963 e que mantém um dos melhores programas de pós-graduação em ciências sociais do Brasil.

As agências nacionais de fomento à pesquisa, principalmente a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), ficaram sem dinheiro depois do Plano Collor. A contratação de investimentos das agências internacionais também prejudicou os centros de pesquisa. Na avaliação das agências internacionais, como o Brasil entrou num regime democrático e não é mais um país subdesenvolvido, os recursos seriam melhor empregados em outras nações.



Miceli, do Idesp: salários atrasados há três meses e dependência de organismos estrangeiros

PRIORIDADES

É o caso da agência sueca Sarec que se retirou do País e redefiniu suas prioridades de investimento em favor da África, Ásia e regiões mais pobres do planeta. "Precisamos entender que atualmente há países que necessitam de um maior apoio do que o Brasil", afirma o médico Alberto Carvalho da Silva, presidente da Fundação de Am-

paro à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

Essa explicação, no entanto, não vale para a agência internacional mais atuante em termos de financiamento de pesquisas no Brasil, a Fundação Ford. Segundo a representante da Ford no País, Joan Dassin, não é de hoje que os investimentos na América Latina são inferiores aos de outras regiões. As dotações destinadas à Ásia,

compara Joan, sempre foram maiores. O orçamento global da Índia é o dobro do brasileiro, que é de cerca de US\$ 4 milhões por ano. "A diminuição de investimento no Brasil é resultado da política recessiva norte-americana", afirma Joan.

De acordo com um levantamento realizado pelo sociólogo Sergio Miceli, diretor do Idesp, instituto criado em 1980 e que atua na área políti-

co-eleitoral, as agências oficiais financiaram cerca de 45% das pesquisas do Idesp. O restante, e a conta pode ser estendida para os quatro institutos autônomos, em geral provém das agências internacionais, como as norte-americanas Fundação Interamericana e a Fundação Rockefeller, a holandesa Organização Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento (Novib), a canadense Centro de Estudos do Desenvolvimento Internacional (IDRC) e, principalmente, a Fundação Ford, responsável pela maior parte dos investimentos.

No livro *A desilusão americana*, lançado esta semana no Idesp, Miceli dedica um capítulo sobre a experiência da Ford no Brasil. "Como se sabe, a Ford financia seus clientes em dólar e costuma cumprir rigorosamente os prazos para desembolso, justamente o contrário do que tende a ocorrer com agências públicas federais", anota Miceli. "Talvez a Ford tenha sido uma das mais eficientes alavancas de modernização das ciências sociais no País", afirma o sociólogo. "Se essa fundação tivesse cortado completamente a sua verba estaríamos hoje todos fechados".

HIBERNAÇÃO

No caso das agências nacionais, outra dificuldade está relacionada ao reajuste de financiamento abaixo dos índices da inflação, como chama a atenção a demógrafa Elza Berquó, presidente interina do Cebap, instituto criado em 1969 e que reúne as mais importantes pesquisas demográficas do País. Ao ver que os institutos estavam ameaçados de trancar as suas portas ou hibernar as suas atividades, a Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia assinou um contrato de emergência com o Idesp, o Cebap e o Cedec, equivalente a cerca de 20% de suas receitas anuais, o que assegurou a manutenção de algumas atividades. "A crise dos institutos nacionais de fomento à pesquisa, que decorre de uma política de desativação do setor da ciência e da tecnologia desde o governo Sarney, foi agravada com o Plano Collor", acredita o cientista político José Álvaro Moisés, diretor do Cedec, instituto criado em 1976 e que atua na área dos movimentos sociais e cultura política.

Encontro discutirá ciências sociais

Sociólogos, cientistas políticos e antropólogos do Brasil e de países da América Latina estarão sentados no auditório do Hotel Alcalá, em Campos do Jordão, hoje e amanhã, para fazer um balanço crítico sobre a atuação das ciências sociais nos últimos 20 anos. O evento, organizado pelo Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (Idesp) e para o qual a Fundação Ford desembolsou US\$ 50 mil, contará com a presença de Vilmar Faria, João Pacheco de Oliveira Filho, Ruth Cardoso, Bolívar Lamounier, Celso Lafer, Maria Tereza Sadek, Monica Hirst e outros. Também comparecerão representantes das agências internacionais Ford, Interamerica e Fullbright.

Os problemas estruturais enfrentados pelas universidades brasileiras em relação às ciências sociais deverão esquentar o seminário. "As universidades do País estão somente voltadas para o ensino e deixam de lado a pesquisa", afirma o cientista político José Álvaro Moisés, diretor do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec). O pouco caso da academia acabou por dar origem aos centros autônomos de pesquisa, que começaram a se estabelecer na década de 70, ao mesmo tempo em que era criado o curso de pós-graduação em ciências sociais na Universidade de São Paulo (USP). Nos últimos três anos, porém, essa situação começa a mudar, com a criação de núcleos de pesquisas dentro das universidades, a exemplo do Centro de Estudos da Violência da USP, coordenado por Paulo Sérgio Pinheiro.

Os núcleos acadêmicos, principalmente os da USP e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), ressentem-se do mesmo mal de centros autônomos como o Idesp, o Cedec, o Cebap e o Iuperj: a ausência de uma política de investimentos mais regular. "As agências têm interesse em saber sobre o impacto das pesquisas por elas financiadas", afirma o sociólogo Sérgio Miceli, diretor do Idesp. (L.A.)